



**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**

ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,
Belém/PA.

Nº 425 – AGOSTO DE 2023, 25º ANO

EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP/PGE-PA) realizou eventos relevantes durante este mês de agosto.

No dia 11, ocorreu no auditório Edgar Olintho Contente, na sede da PGEPA, o curso “Fontes de Informação Jurídica”, ministrado pelo Professor Lucivaldo Barros do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA), com pós-Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). O curso teve como objetivo capacitar procuradores e servidores nas técnicas de pesquisa em fontes de informação jurídica (Doutrina e Jurisprudência), apresentando estratégias de pesquisa de informação a partir do uso de fontes abertas disponíveis na Internet, o que agregou valor aos estudos, às instruções procedimentais no âmbito das instituições estaduais.



FONTES
de Informação jurídica

08h30 - 12h30
11.AGO
Auditório da PGE

Instrutor: Prof. Dr. Lucivaldo Barros

Público-alvo: servidores da PGE e Jurídicos da Administração Estadual Direta e Indireta (aberto ao público)

Modalidade: híbrido



WORKSHOP
sobre operações de crédito

09h - 12h
21.AGO
Auditório da PGE

Instrutores:
- Viviane Ruffeil Teixeira Pereira;
- Euricles Limite Teixeira;
- José Carlos dos Santos Damasceno,
Diretor do Tesouro Estadual

Público-alvo: servidores públicos da administração direta e indireta

Modalidade: híbrido

Além disso, tivemos a oportunidade maravilhosa de receber a Procuradora de Estado Viviane Ruffeil Teixeira Pereira, Chefe da Procuradoria Setorial de Brasília, José Carlos dos Santos Damasceno, Diretor do Tesouro Estadual e Euricles Limite Teixeira, Técnico em Gestão Pública da Secretaria de Estado de Planejamento do Estado do Pará (SEPLAN), os quais ministraram, no dia 21, o Workshop sobre Operações de Crédito. Direcionado aos servidores estaduais da administração direta e indireta, o curso apresentou os conceitos e noções gerais sobre os procedimentos dos empréstimos contraídos pelo Estado, para viabilizar a

melhor compreensão do processo, qualificando as equipes envolvidas em projetos financiados.

No dia 22, a Procuradora Viviane Ruffeil tratou do tema da Repercussão Geral e os desafios para o acesso recursal aos Tribunais Superiores, visando capacitar e atualizar os procuradores e servidores sobre os requisitos para admissibilidade dos recursos excepcionais, considerando os entendimentos jurisprudenciais mais recentes dos Tribunais Superiores.

Os três eventos podem ser acessados no YouTube da PGE e o material repassado pelos ministrantes foi encaminhado aos participantes, via e-mail.

Destaque para o lançamento do Manual de Consultoria Jurídica do Estado do Pará, ocorrido no dia 31, no auditório do prédio sede, que contou com a presença de procuradores desta Procuradoria e também de consultores e procuradores que integram outros órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado. O Manual, conforme disposto no art. 2º da Portaria nº 546/2023-PGE.G, reúne as orientações básicas para realização e desenvolvimento da atividade de consultoria jurídica prestada pela PGE, em níveis centralizado e descentralizado, a órgãos e entidades da Administração Pública estadual. Para acesso ao documento [clique aqui](#).

Damos ênfase ao trabalho de atualização, realizado pela equipe da ESAP, da Coletânea de Legislação Interna da PGE/PA, que abrangia os anos de 1983 até 2018. A coletânea foi idealizada em 2018, pela Procuradora Lilian Haber, então Coordenadora do extinto Centro de Estudos, que percebeu a necessidade de organizar um compilado com os principais atos normativos internos da Procuradoria. Com a atualização (2ª edição, revista e ampliada), o documento alcança 40 anos de história do nosso órgão.



Em matéria de legislação, cabe destacar, na esfera federal, o Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023 que institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios. Salienta-se, ainda, a Lei nº 14.657, de 23 de agosto de 2023, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que as partes e os advogados se retirem em caso de atraso injustificado do início de audiência. Foi editada, ainda, a Lei Complementar nº 199, de 1º de agosto de 2023, instituindo o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Entre as Leis Estaduais, cabe menção à edição da Lei nº 10.021, de 31 de julho de 2023, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a transformação da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE) em Controladoria-Geral do Estado do Pará (CGE), e cria o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção (CTPC), bem como a carreira de Auditor de Finanças e Controle, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Também, merece apontamento o Decreto nº 3.289, de 21 de agosto de 2023, o qual homologa o Regimento Interno da Agência de Transporte Metropolitano (AGTRAN/PA), previsto no parágrafo único do art. 10 da Lei Estadual nº 9.049, de 29 de abril de 2020, que cria a Agência de Transporte Metropolitano (AGTRAN/PA).

O Procurador-Geral do Estado, Ricardo Nasser Sefer, foi agraciado com o diploma “AMIGO DA ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL”, em reconhecimento à demonstração de compromisso e dedicação aos relevantes serviços prestados à Academia de Polícia Civil do Estado do Pará, nos termos da Portaria nº 48/2023 - ACADEPOL, de 03 de agosto de 2023.



No âmbito dos normativos desta Procuradoria-Geral, importante a edição da Portaria nº 546/2023-PGE.G, de 25 de agosto de 2023, que aprova o “Manual da Consultoria Jurídica do Estado do Pará”, elaborado por Comissão Especial constituída pela Procuradoria-Geral do Estado e que foi objeto do lançamento mencionado acima; assim como a Portaria nº 530/2023-PGE.G, de 22 de agosto de 2023, que designa os servidores e autoridades, para constituir a Comissão do XXII Concurso Público para preenchimento de cargos de provimento efetivo de Procurador do Estado do Pará, sob a presidência da Procuradora do Estado Ana Carolina Lobo Gluck Paul.

Entre as jurisprudências deste mês, especial atenção à Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976/DF, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, que em decisão monocrática concedeu parcialmente a cautelar, *ad referendum* do Plenário da Suprema Corte, tornando obrigatória a observância pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, imediata e independentemente de adesão formal, das diretrizes contidas no Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Destaca-se, ainda, a decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 44/DF, na qual os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade de votos, conheceram da ação e julgaram improcedente, para negar a existência de omissão legislativa referente ao mandamento constitucional presente no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, definindo que a ausência de lei nacional para disciplinar as condições e os percentuais mínimos dos cargos em comissão que devem ser ocupados por servidores de carreira na administração pública, não representa omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.

Por fim, informa-se que foram acrescentadas ao acervo da ESAP as seguintes obras: Revista de Jurisprudência do Estado do Rio Grande do Sul - Tribunal de Justiça”, ano 54, nº 316 (junh./2020) e nº 317 (set./2020), Revista Bonijuris, ano 35, edição 683 (agost./set. 2023), a [Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, volume 55, nº 108 \(jan./jun./2022\); nº 109 \(jul./dez./2022\)](#) e a [Revista de Informação Legislativa ano 60, nº 238 \(abr./junh. 2023\)](#), estas últimas, disponíveis no formato digital.



Boa Leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 TEMAS	6
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	6
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	6
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	7
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	8
3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	9
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	13
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023	14
6 ACERVO DIGITAL ESAP	15
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	16
8 CURSOS YOUTUBE	18
9 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	18
10 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	19

TEMAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A PRESCRIÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS \(LGPD\)](#)

Marivaldo Andrade dos Santos

[IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A \(IR\)RETROATIVIDADE DA LEI N° 14.230/2021: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS DECISÕES DO TJRS E O TEMA N° 1.199 DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF](#)

Márcin Haeberlin

Henrique Silveira Martins

[MARGENS DE PREFERÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*](#) [PREFERENCE MARGINS IN PUBLIC PROCUREMENT AND ECONOMIC DEVELOPMENT PROMOTION](#)

*Danilo Miranda Vieira***

[NOVOS PARADIGMAS DO CONSENSUALISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA](#)

Pedro Luiz Chagas Costa

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[A RELAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL COM AS CARTEIRAS DE CRIPTOATIVOS \(CRIPTOMOEDAS E NON-FUNGIBLE TOKENS - NFT\) NO DIREITO BRASILEIRO](#) [THE RELATIONSHIP OF DIGITAL HERITAGE WITH CRYPTO ASSETS PORTFOLIOS \(CRYPTOCURRENCIES AND NON-FUNGIBLE TOKENS\) IN BRAZILIAN LAW](#)

Pedro Luiz Chagas Costa

[ANÁLISE INSTITUCIONAL DE DIREITO E ECONOMIA: O PAPEL CENTRAL DE DIREITOS DE PROPRIEDADE E CUSTOS DE TRANSAÇÃO](#) [INSTITUTIONAL ANALYSIS OF LAW AND ECONOMICS: THE CENTRAL ROLE OF PROPERTY RIGHTS AND TRANSACTION COSTS](#)

Bernardo Mueller

[O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ORÇAMENTO PÚBLICO](#)

*Ana Roberta da Silva Morais**

[REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA O DESAFIO DA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL](#)

NO BRASIL

Raphael Silva Rodrigues

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

A FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE FLORESTAL: BRASIL E ALEMANHA THE ENVIRONMENTAL FUNCTION OF FOREST PROPERTY: BRAZIL AND GERMANY

Andreas J. Krell

DEMARCAÇÃO DE TERRAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: DEVIDO PROCESSO, PROPORCIONALIDADE, RAZOABILIDADE E FUNÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

Georges Louis Hage Humbert

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE URBANA: DESAFIOS METROPOLITANOS E AMBIENTAIS

Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior

Joelma Rayane Dantas

SEÇÃO II – DISPUTAS EM TORNO DOS SENTIDOS E DA APROPRIAÇÃO DAS ZEIS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: NOVAS FRONTEIRAS DE ACUMULAÇÃO URBANA?

Norma Lacerda Gonçalves

Fernanda Carolina Costa

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

A PROTEÇÃO DO DIREITO À IMAGEM

Benigno Núñez Novo

ANÁLISE QUANTO À POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Beatriz de Castro Gomes

RESENHA À OBRA DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: QUALIFICAÇÃO, TRATAMENTO E BOAS PRÁTICAS, DE TEFFÉ, CHIARA SPADACCINI. INDAIATUBA: FOCO, 2022

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS CIVIL LIABILITY OF DIGITAL INFLUENCERS

Jorge Shiguemitsu Fujita

Sabrina da Silva Graciano Canovas

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE DOENÇAS PSICOSSOMÁTICAS

Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante

Leticia Sayuri Iwabuchi Lopes Pereira

IGUALDADE DE DIREITOS PARA AS MOTORISTAS E OS MOTORISTAS UBERIZADOS: DO DISCURSO IDEOLÓGICO À COMPREENSÃO DA REALIDADE BASEADA EM PESQUISA CIENTÍFICA

Ana Carolina Paes Leme

O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NOS GARIMPOS DO PARÁ

Juliana Oliveira Eiró do Nascimento

Giovanna Andrin Valente

Natasha Victória Chaves Marques

SALÁRIO-MATERNIDADE E AMPLIAÇÃO DE PRAZO: ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRABALHISTA

Edgar de Medeiros Pinto

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“

ADO 44 / DF

Órgão Julgador: Superior Tribunal Federal

Relator: Ministro Gilmar Mendes

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a ausência de lei nacional para disciplinar as condições e os percentuais mínimos dos cargos em comissão que devem ser ocupados por servidores de carreira na administração pública, não representa omissão dos Poderes Legislativo e Executivo. O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e julgou-a improcedente, para negar a existência de omissão legislativa referente ao mandamento constitucional presente no art. 37, inciso V, da Constituição Federal, nos termos do voto do Relator.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“ **Recurso Especial (RE) 2028157/MT**
Órgão Julgador: Superior Tribunal de Justiça
Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze

STJ

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do relator, uma vez que o réu, validamente citado (foi encontrado em seu endereço comercial), não constituiu advogado, não apresentou defesa e, sequer, buscou atualizar o endereço para que pudesse receber as novas intimações, que então continuaram a ser encaminhadas para o endereço indicado na petição inicial.



ADPF 976 MC / DF

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro Alexandre de Moraes

STF

Em decisão monocrática, o Ministro Relator concedeu parcialmente a cautelar, ad referendum do Plenário da Suprema Corte, tornando obrigatória a observância pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, imediata e independentemente de adesão formal, das diretrizes contidas no Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.



RCL 61691 / TO

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro André Mendonça

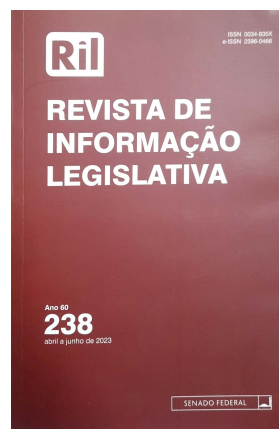
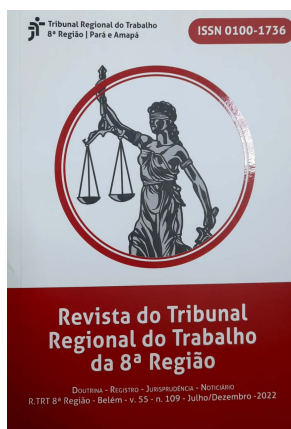
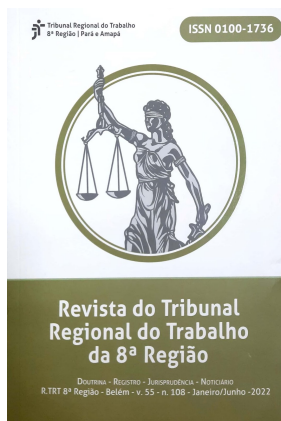
STF

O Ministro Relator negou seguimento à reclamação, nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF, uma vez que não houve, no caso dos autos, o alegado descumprimento da Quarta Tutela Provisória Incidental referendada pelo Plenário da Corte no âmbito da ADPF nº 828/DF. Em suma, considerou que não restou caracterizada a natureza coletiva da posse dos ocupantes da área, verificando-se que a permanência no local comprometia projeto social de transferência de outras famílias que, diante da intervenção estatal (construção da UHE Estreito), foram obrigadas a sair de suas residências anteriores. Além disso, a situação em si levou ao não atendimento da classificação ambiental da outra parte do imóvel.

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE AGOSTO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – AGOSTO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - AGOSTO



ACERVO DIGITAL ESAP

→ [LIVROS](#)

→ [PERIÓDICOS](#)

→ [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências

REVISTA DOS TRIBUNAIS
ONLINE®

LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS INTERNOS DE AGOSTO DISPONÍVEIS NO YOUTUBE

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
Fontes de Informação Jurídica	HÍBRIDO	11/08/2023	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR
Workshop sobre operações de crédito	HÍBRIDO	21/08/2023	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR
Repercussão Geral e desafios para o acesso recursal aos Tribunais Superiores	HÍBRIDO	22/08/2023	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	14, 21, 28/09/2023	ESAP
2º SIMPÓSIO DE DIREITO AMBIENTAL - DIÁLOGOS INTEGRADOS: CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIOAMBIENTAL	HÍBRIDO	05 e 06/10/2023	ESAP
TREINAMENTO SOBRE RECURSOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA	PRESENCIAL	16 a 20/10/2023 23 a 27/10/2023	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
V FÓRUM NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL	ONLINE	22 e 23/09/23	GRUPO NOTORIUM	CLIQUE AQUI
37º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	PRESENCIAL	26 a 28/09/2023	IBDA	CLIQUE AQUI
REVISÃO, REAJUSTE E REACTUAÇÃO COM ENFOQUE APLICADO NOS CONTRATOS DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA	ONLINE	02 a 06/10/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021: ABORDAGEM PRÁTICA	ONLINE	17 a 20/10/2023 e 23/10/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
4º SEMINÁRIO NACIONAL GESTÃO POR COMPETÊNCIA E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	PRESENCIAL	19 e 20/10/2023	JML	CLIQUE AQUI
SEMINÁRIO NACIONAL: ASSUNTOS-CHAVE DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES- DESAFIOS, IMPACTOS CONCRETOS E OS CAMINHOS SEGUROS	PRESENCIAL	25 e 26/10/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
8ª JORNADA DE DEBATES – CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO, ADMINISTRATIVO E JUDICIAL	PRESENCIAL	25 A 27/10/2023	ASSOCIAÇÃO O BRASILEIRA DE ADVOCACIA TRIBUTÁRIA - ABAT	CLIQUE AQUI
II SIMPÓSIO DE DIREITO AMAZÔNICO	PRESENCIAL	27/10/2023	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	CLIQUE AQUI
ERROS GROSSEIROS E VÍCIOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - PREVENÇÃO, SANEAMENTO E SOLUÇÃO.	ONLINE	30 e 31/10/2023 06 e 07/11/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI

- ORIENTAÇÕES DO TCU				
49º CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PRESENCIAL	06 a 09/11/2023	ANAPE	CLIQUE AQUI
CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS E AGENTES DE CONTRATAÇÃO	PRESENCIAL	07 a 09/11/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
XI CONGRESSO INTERCONTINENTAL DE DERECHO CIVIL	HÍBRIDO	16 e 17/11/2023	UNIVERSIDA DE DE SALAMANC A	CLIQUE AQUI
AS CONTRATAÇÕES DAS ESTATAIS EM FOCO: 40 QUESTÕES POLÊMICAS E ESTUDO DE CASOS PRÁTICOS SOBRE A LEI Nº 13.303/2016	ONLINE	17, 21, 24/11/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Ellen Cristina, Fernanda dos Santos, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida e Matheus de Alcantara.

Fechamento desta edição: 31/08/2023



Agosto Lilás

Campanha instituída pela Lei 14.448/22, a fim de promover ações voltadas à prevenção, conscientização e o fim da violência contra as mulheres.

Tipos de agressões:

- VIOLÊNCIA FÍSICA
- VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
- VIOLÊNCIA SEXUAL
- VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
- VIOLÊNCIA MORAL

Ligue 180 e denuncie.
É gratuito e confidencial.

